



SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL - PECA

VERSÃO PARA MOBILIZADORES

Público
NÃO FORMAL

MÓDULO 12a



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO	Erro! Indicador não definido.
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	Erro! Indicador não definido.
3. GLOSSÁRIO	5
4. PROBLEMATIZAÇÃO	5
5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS	6
6. TEXTOS/ ROTEIROS DE LEITURA.....	7
7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA.....	10
8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS	Erro! Indicador não definido.7
9. RESULTADOS ESPERADOS	17
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	17
11. PROPOSTAS PARA INTERAÇÕES ENTRE MÓDULOS	19
12. ATIVIDADES PARA OUTROS PÚBLICOS	19
13. REFERÊNCIAS.....	23
REPORTAGEM TEXTO 1	25
REPORTAGEM TEXTO 2	27
REPORTAGEM TEXTO 3	29





1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO – 13

TEMA: Sustentabilidade Socioambiental

TÓPICO: Gestão Ambiental na Administração Pública

MÓDULO: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E RECURSOS HÍDRICOS (NF, 13, Anabel de Lima)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

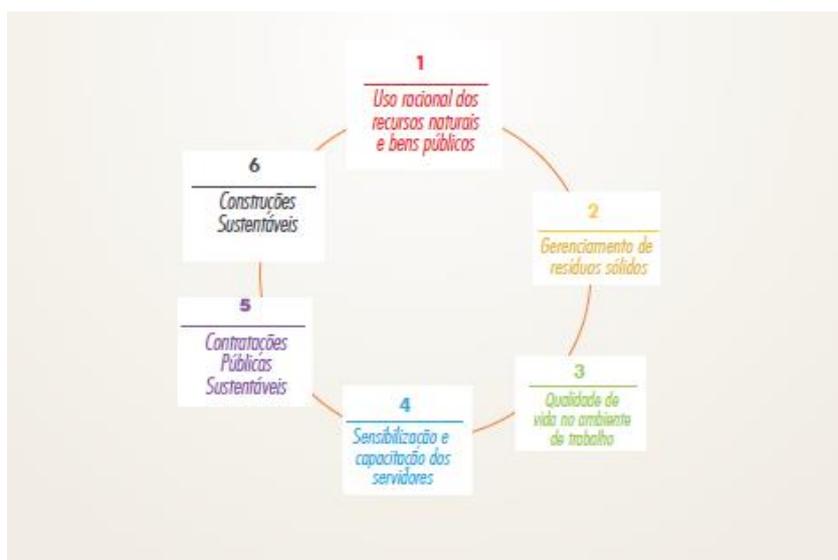
De acordo com Brasil (2006), a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa de gestão que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

A A3P pode ser considerada como o marco indutor de adoção da gestão socioambiental no âmbito da Administração Pública Brasileira. Surgiu em 1999 por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e em 2001, foi lançada como um Programa, sendo no ano seguinte reconhecida pela Unesco e recebendo o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. No ano de 2005, criou-se a Rede A3P que é um canal de informação e comunicação sobre ações de sustentabilidade implementadas e promovidas pelas instituições parceiras do MMA e foi ainda criado um Termo de Adesão para as instituições. A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, foi integrada à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, integrando o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).



Diante da sua importância, foi incluída no Plano Plurianual (PPA) entre 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA de 2008 a 2011, o que garantiu recursos para sua implantação (MMA, 2017).

A A3P foi estruturada a partir de 5 eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. E está estruturada a partir de seis eixos temáticos prioritários: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gerenciamento de resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores, contratações públicas sustentáveis e construções sustentáveis (BRASIL, 2006):



Fonte: BRASIL. Como implantar a A3P, 2006.

Para se criar a Agenda A3P devem ser realizados os seguintes passos: 1) criar uma Comissão Gestora da A3P para facilitar a comunicação do Programa; 2) realizar um diagnóstico da instituição, onde serão levantados os problemas de consumo excessivo; 3) desenvolver planos de ação com metas; 4) sensibilizar e capacitar os servidores; 5) realizar avaliações periódicas e monitoramento





dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

A A3P vem de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), pois ambos são uma agenda que visam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade.

3. GLOSSÁRIO

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: é aquela praticada por empresas, indústrias, de forma voluntária, em que há a adoção de posturas, comportamentos e ações que promovam o bem estar dos seus públicos internos e externos.

SUSTENTABILIDADE: é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, realizar atividades econômicas sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

4. PROBLEMATIZAÇÃO

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa de caráter voluntário, sem natureza impositiva e regulatória e o que se busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade socioambiental para a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho. Mas cabe a cada um colaborar, estendendo sua atuação também para outros ambientes de vivência, pois pequenas ações podem trazer grandes benefícios para o meio ambiente e para as futuras gerações.





5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Este Módulo é fundado em três textos:

Texto 1 - **“Agenda Ambiental na Administração Pública A3P”**.

Texto 2 - **“DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P”**.

Texto 3 - **“A3P: Programa do governo federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade”**.





6. TEXTOS/ROTEIROS DE LEITURA

A seguir constam as perguntas orientadas de leitura de cada texto.

Texto 1: **“Agenda Ambiental na Administração Pública A3P”**.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autores: Débora Kligerman et. al. ano

Comentado [DI]: Felipe, verificar o ano!

Data de publicação: s/ data

Sítio de publicação: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/agendaambiental.html>

Resumo: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. “

“Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. “

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. No que consiste o desenvolvimento sustentável almejado pela A3P?

2. Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental pelos órgãos públicos, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de que forma esse programa já é ou pode ser realizado em seu local de trabalho?

3. Como a A3P pode ser utilizada para conservação e uso racional dos recursos hídricos?





Texto 2: “DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P”.

Fonte: Revista do Servidor UNB

Autor: Gilmar Alves dos Santos

Data de publicação: s/ data

Sítio de publicação:

<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/files/2012/11/REPORTAGEM-A3P.pdf>

Resumo: “Em 2011 o Departamento de Educação (DEDC) Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aderiu, através de seus Técnicos sob a coordenação de Gilmar Santos, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), onde por meio desta veem executando diversas ações de mudança de hábitos e desenvolvimento da consciência ecológica. Conheça um pouco da A3P no texto abaixo e ajude o DEDC XII a preservar o meio ambiente e o bem público.

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

- 1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Quais são seus objetivos?**
- 2. A A3P foi estruturada tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. De que forma cada um dos “Rs” pode ser incorporado nas ações diárias do seu local de trabalho?**
- 3. Como a A3P pode ser transferida para uso em casa e nas atividades cotidianas?**





Texto 3: “A3P: programa do governo federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade”.

Fonte: Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética

Autora: Ivana Varela

Data de publicação: 13 de setembro de 2013

Sítio de publicação:

<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EFBF-499B-9A6E-E81B2E68CFBD%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>

Resumo: “Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) utiliza diretrizes da Eletrobrás Procel para incentivar cultura de economia de energia elétrica nas atividades públicas. “

“Desde a década de 80 o conceito de sustentabilidade tem sido proposto e divulgado por diversas organizações, públicas e privadas, e encontram-se em sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais. Com base em três recomendações do governo que indicam o estabelecimento de programas voltados para a sustentabilidade de produção e consumo, o Governo Federal lançou em 2001 o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, de sigla A3P.”

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

- 1. No que consiste O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?**
- 2. A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas e para acontecer, precisa de um esforço coletivo para transformar a intenção do que está no papel em um compromisso. Que ações diárias os administradores/servidores podem realizar para contribuir com os objetivos da A3P?**
- 3. Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Que ações são essas?**





7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. No que consiste o desenvolvimento sustentável almejado pela A3P?

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras, ou seja, visa promover a harmonia entre atividade econômica, meio ambiente e bem estar da sociedade, ou seja, desenvolvimento econômico e conservação da natureza.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do Poder Público como da iniciativa privada e de cada um individualmente, pois tem como premissa uma nova forma de se produzir e prestar serviços sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral.

2. Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental pelos órgãos públicos, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de que forma esse programa já é ou pode ser realizado em seu local de trabalho?

A A3P visa minimizar e/ou eliminar os impactos das práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos. Busca-se adequar o comportamento do consumo do Governo aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor público e do produtivo.





A A3P foi estruturada a partir de 5 eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. Como isso as formas de uso da agenda envolvem questões relacionadas à geração de resíduos; como usar de forma adequada os recursos naturais (água e energia), dentro da instalação predial ocupada pela administração pública; adquirir produtos de empresas que respeitam o meio ambiente; capacitar os gestores públicos em relação às questões ambientais, entre outras ações a serem incorporadas nas atividades de rotina dos servidores (BRASIL, 2006).

Estas e outras ações podem aparecer como resposta, tendo em vista que estará vinculada com o local de trabalho dos participantes.

3. Como a A3P pode ser utilizada para conservação e uso racional dos recursos hídricos?

O eixo temático 1 da Agenda Ambiental na Administração Pública diz respeito ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, e envolve diretamente a água e seu uso eficiente e racional, desde o seu uso direto nas ações cotidianas e instalações (aqui entra também o eixo 6, que fala das construções sustentáveis), como no seu uso indireto, ou seja, o consumo de produtos que tenham água em sua composição/fabricação. Fator esse que implica no eixo 5, que se refere às compras sustentáveis. E tem-se ainda o eixo 2 sobre a adequada gestão dos resíduos gerados que inclui os efluentes e resíduos sólidos e toda poluição que podem ocasionar aos recursos hídricos se não coletados e tratados de forma adequada.





GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Quais são seus objetivos?

A3P além de estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, também busca, segundo Brasil (2006):

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

2. A A3P foi estruturada tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. De que forma cada um dos “Rs” pode ser incorporado nas ações diárias do seu local de trabalho?

De acordo com Brasil (2006; 2007), os Rs significam:

1 - *Repensar* a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados, como por exemplo, o uso de copos descartáveis para se tomar água, podendo ser substituídos por utensílios individuais duráveis, em que cada um assume a responsabilidade de cuidar do mesmo;

2 - *Recusar* possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos, como o uso de papel clorado, o mesmo pode ser substituído por papel reciclado ou sem o uso de cloro para branqueamento, além de ações para diminuir o uso desse material, como por exemplo, imprimir apenas o necessário, utilizando ambos os lados da folha.





3 – *Reduzir*, evitando os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e que tenham maior durabilidade. Como por exemplo, guardar os documentos em meio digital, como em programas específicos, servidores, pen drives, HD externo, substituindo o uso de papel ao máximo.

4 – *Reutilizar* é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é resíduo, reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras. Como por exemplo, reutilizar caixas plásticas ou de papelão ou ainda outras embalagens para guardar diferentes materiais.

5 – *Reciclar* é transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais. O que se pode fazer é segregar adequadamente os resíduos gerados no ambiente de trabalho, para que esses possam ser destinados à reciclagem, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) de cada instituição.

Na resposta acima foram apresentados exemplos de ações que podem ser incorporadas no ambiente de trabalho dos participantes, mas outros podem ser apresentados.

3. Como a A3P pode ser transferida para uso em casa e nas atividades cotidianas?

Há muitas coisas que podem ser feitas a nível individual, como por exemplo (ECODIMENSÃO, 2014; SINDUSCON-SP, 2005):

- Reduzir todas as formas de desperdício;
- Separar os resíduos gerados, simplesmente separando o lixo "seco" do lixo "molhado", ou "orgânico" e "inorgânico" e destiná-los corretamente (inclusive os resíduos perigosos);
- Repensar as formas de consumo, refletindo antes de comprar alguma coisa, se realmente o produto é necessário. E ao comprar, escolher produtos de forma criteriosa, dando preferência àqueles mais duráveis ou que possam ser reutilizáveis, com embalagens recicláveis, retornáveis e/ou produtos vendidos de forma concentrada;





- Não desperdiçar energia elétrica ou água, desligando lâmpadas e equipamentos quando não estiverem sendo usados, localizar e reparar vazamentos de torneiras, usar eletrodoméstico e lâmpadas eficientes, torneiras e descargas econômicas, manter os filtros do sistema de ar condicionado e ventilação sempre limpos;
- Evitar os descartáveis e produtos poluentes e tóxicos;
- Reduzir o uso de veículos, usando o transporte coletivo ou solidário, bicicletas;
- Adequar as construções, aproveitando melhor a iluminação natural, o uso aquecimento solar, cisternas.





GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

1. No que consiste o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

A A3P é um programa que visa promover a sustentabilidade socioambiental e inserir novos critérios nas atividades da administração pública. O programa tem como objetivo principal estimular o reflexo e a mudança de atitude dos servidores em suas atividades rotineiras para que os mesmos incorporem os critérios de gestão que vão desde economia de água e energia, redução dos gastos institucionais (compras e contratação de serviços) até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além da promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

2. A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas e para acontecer, precisa de um esforço coletivo para transformar a intenção do que está no papel em um compromisso. Que ações diárias os administradores/servidores podem realizar para contribuir com os objetivos da A3P?

As respostas podem ser bastante variadas, conforme o público participante, mas no geral podem colaborar por meio da adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, como a redução no consumo de energia elétrica e produtos como o papel, copos plásticos, o uso eficiente da água, realizar licitações sustentáveis de bens e materiais mais duráveis e menos poluentes, a redução na geração de resíduos e a segregação correta para destinação correta de resíduos perigosos, coleta seletiva e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, como ações de prevenção de riscos ambientais e para saúde do servidor. Mas também podem realizar ações também nas suas atividades cotidianas em casa, no seu condomínio, em todos os lugares.

3. Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Que ações são essas?





A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, sendo que os parceiros interessados devem demonstrar o comprometimento da instituição através de uma gestão transparente, dessa forma, o 1º passo é criar uma Comissão Gestora da A3P para facilitar a comunicação do Programa; 2º realizar um diagnóstico da instituição, onde serão levantados os problemas de consumo excessivo; 3º desenvolver planos de ação com metas; 4º sensibilizar e capacitar os servidores; 5º realizar avaliações periódicas e monitoramento dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).





8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS

A decisão de como agir no meio ambiente de forma sustentada e proteger os recursos naturais deve fazer parte da rotina diária de cada um, inclusive no setor público. Por isso foi criada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de forma a trazer objetivos e um plano de ação para o desenvolvimento de atividades e atitudes rotineiras, contribuindo com a qualidade de vida e o bem estar dos envolvidos nas ações e indiretamente de toda a sociedade.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os participantes verifiquem o quanto suas ações cotidianas, no caso, no ambiente de trabalho, podem ser de grande importância na conservação dos recursos naturais, para melhoria da qualidade de vida e para o bem estar da população de modo geral.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

“ABRINDO O JOGO”¹

Fazer um círculo com os participantes e a cada um direcionar uma questão para que socializem uma opinião ou um bom exemplo para contribuir com a efetividade da Agenda A3P nas ações do cotidiano:

- O que você faz para poupar água?
- O que você pode fazer para poupar energia elétrica?
- O que você pode fazer para diminuir a produção de lixo?
- O que você faz para colaborar com o meio ambiente?
- O que você mais gosta na natureza?
- Você se considera parte da natureza? Por quê?
- Qual a importância da água?
- Qual a importância da terra?

¹Dinâmica adaptada das atividades “Abrindo o jogo” e “Completar frases” de: ADAMS, Berenice G. **Dinâmicas e atividades para educação ambiental e reflexões sobre tendências pedagógicas**. Novo Hamburgo/RS: Apoema, 2004.



- Qual é o maior problema ambiental, para você?
- O que você pensa sobre o consumismo?
- Como você se sente quando vê pessoas com más posturas ambientais?
- Para você, quais as diferenças entre viver em um ambiente urbano (cidade) e um ambiente rural (campo)?
- Para você, por que é tão difícil mudar hábitos e atitudes?
- Você acha que o seu ambiente de trabalho colabora com o meio ambiente? Se sim, como?
- Você se preocupa com o meio ambiente? Por quê?
- Quando penso no futuro do meio ambiente, eu vejo...
- Quando entro num ambiente sujo, com muito lixo no chão, eu penso que...
- O que mais me deixa triste em relação ao meio ambiente é...
- Eu me sinto integrado à natureza quando...
- Quando alguém desperdiça água, eu...
- Quando falam em poluição eu...
- Para mim, a reciclagem é...
- Quando leio nos jornais notícias sobre catástrofes ambientais, eu...
- Quando vou ao supermercado, eu...
- Eu colaboro com a natureza quando...
- Para mim o meio ambiente é...
- Conscientização ambiental é...
- Ser ambientalmente responsável é...
- Para mim o maior problema ambiental é...
- O desequilíbrio ecológico é quando...
- Praticar a Agenda A3P é...

Finalizar inter-relacionando as respostas declaradas, instigando para que pensem nas suas ações diárias para que a Agenda A3P seja implementada dentro e fora do ambiente de trabalho.





11. PROPOSTAS PARA INTERAÇÕES ENTRE MÓDULOS

Outros módulos correlacionados a este tema também podem ser abordados:

2b: Água – uso consciente

5a: Consumir menos é mais

5b: Boas práticas no uso da água

12b: Água limpa e saneamento, rumo aos ODSs

12. ATIVIDADES PARA OUTROS PÚBLICOS

“PLANEJANDO AÇÕES, BUSCANDO SOLUÇÕES (Plano de Ação)”²

Objetivo: promover momentos de reflexão e integração para resolução de problemas e busca de soluções.

Público-alvo: funcionários de uma empresa/indústria (ou determinado setor), escola, comunidade rural ou urbana.

Materiais: matriz para preenchimento projetada ou exposta em quadro, flipchart ou papel kraft (conforme condições locais), pincel atômico ou canetinhas coloridas.

Procedimentos:

Primeiramente delimitar com os participantes os seguintes itens, após a discussão de cada um deles, realizar o preenchimento da matriz, registrando todas as ideias e opiniões apresentadas.

1 - Estado atual: como está nossa situação, quais os nossos problemas/deficiências em relação ao uso da água e outros recursos naturais, compra e uso de matérias-primas e outros insumos, descarte de resíduos e disseminação de ações sustentáveis junto aos funcionários/comunidade.

2 - Para onde nós queremos ir a partir daqui? O que devemos fazer para percorrer esse caminho? Como nós vemos nosso futuro daqui a seis meses se tudo o que nós queremos realmente acontecer?

3 - Obstáculos possíveis: conhecendo a nós mesmos e se sabendo onde queremos chegar, que tipo de obstáculos ou barreiras poderia surgir no nosso

² Atividade elaborada com base no capítulo “Planejamento Participativo” em: SANTOS, Glória L. S. A.; OTA, Sueli N. **Mobilização social em comunidades**. Curitiba: UNILIVRE, 2002.





trabalho e relacionamentos que nos impediram de chegar onde queremos chegar?

4 - Metas: levando em conta o nosso estado atual, destino futuro e possíveis obstáculos, quais são as três metas principais sobre as quais nós temos que trabalhar neste exato momento? (caso surjam mais de três metas, peça que os participantes votem quais seriam as prioritárias, podendo deixar indicado outras metas para serem desenvolvidas num futuro próximo).

5 - Planejar: o que pode ser planejado para o próximo mês/semestre em termos realistas? Registrar cada ação específica para realizar a meta, quem são os responsáveis, prazos etc.

PROBLEMAS/DEFICIÊNCIAS	SONHOS	OBSTÁCULOS	METAS (O QUE FAZER?)	COMO FAZER?	QUANDO FAZER?	QUEM VAI FAZER?

Ao finalizar a atividade, os participantes terão um plano de ação que poderão pôr em prática, de forma a orientar ações e concentrar esforços na busca de resultados concretos.

13. REFERÊNCIAS

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ADASA. Educação Científica e Ambiental. **Desenvolvimento dos Temas e Tópicos para os Módulos do Programa**. C. Gualdani; L. C. Castro (consultoras), 2017, 24p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 4. ed. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Como implantar a A3P**. 3. ed. Brasília: MMA, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Agenda Ambiental na Administração Pública A3P**. Brasília, s/ data. Disponível em:





<<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/agendaambiental.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. **A3P: Programa do Governo Federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade.** Brasília, 13 set. 2013. Disponível em: <<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EFBF-499B-9A6E-E81B2E68CFBD%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda. **Cartilha do subprograma de capacitação ambiental da mão de obra da linha de transmissão 500 kV Araraquara II – Taubaté.** Curitiba: Gráfica Capital, 2014.

MAIA, Otávio Borges (colaboração Tino Freitas). **Vocabulário Ambiental Infantojuvenil.** Brasília: IBICT, 2013.

Responsabilidade socioambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SindusCon-SP). **Conservação e reuso da água em edificações.** São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2005.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.** Revista do Servidor UNEB, s/ data. Disponível em: <<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/files/2012/11/REPORTAGEM-A3P.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas durante o período da consultoria, foram realizadas de forma coletiva entre a equipe de trabalho contratada e a Contratante, de modo a compor a estrutura do Projeto Sala de Leitura e individualmente para elaboração dos módulos, sob orientação da consultoria temática. Essa socialização de saberes e experiências foi de suma importância para o enriquecimento das discussões e construção dos temas, tópicos e consequentemente dos módulos que compõem o Ensino Não Formal.

Os módulos são compostos por temas e tópicos para que sejam promovidas discussões e o entendimento de como cada indivíduo ou grupo social, têm potencial para contribuir de forma permanente com a construção da sustentabilidade hídrica.

Espera-se que a partir destes, as atividades de mobilização para o 8º Fórum Mundial da Água sejam efetivas, culminando em reflexões a partir da temática água e mudanças de atitudes que sejam incorporadas pelo público em suas ações diárias, de forma a contribuir com a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Pois conhecer o ambiente onde vivemos, suas fontes, seus destinos, seus ciclos, seu funcionamento e principalmente o que muda em tudo isso quando há alguma alteração é fundamental para conservação do nosso meio. Dessa forma, os processos educacionais, como o Projeto Sala de Leitura, são fundamentais para expansão da base ambiental e científica e consequentemente criar novas maneiras de pensar, novos valores e padrões de comportamento.





4. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

8º Fórum Mundial da Água. Disponível em: <<http://www.worldwaterforum8.com>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ADAMS, Berenice G. **Dinâmicas e atividades para educação ambiental e reflexões sobre tendências pedagógicas.** Novo Hamburgo/RS: Apoema, 2004.

BRASIL. **Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Ed. Gaia, 1992.

DRUMOND, Maria Auxiliadora. **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação:** manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002. Disponível em:

<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/PlanosdeManejo/ParticipacaoComunitarianoManejodeUnidadesdeConservacaoManualdeTecnicaeFerramentas.pdf>

FARIA, Andréa A. C.; FERREIRA NETO, Paulo S. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo.** Brasília: MMA; IEB, 2006.

GUIMARÃES, Mauro **A dimensão ambiental na educação.** Campinas/SP: Papyrus, 1995.

KIMURA, Glauco. **Fórum Mundial da Água.** Apresentação power point. ADASA. 2017.

LIMA, Anabel. MARCELINO, Elielson (Organizadores). **Educação e manejo da terra: roda de conversa em assentamentos de Santa Catarina.** In: Boas práticas na educação ambiental na agricultura familiar: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro (Organizado por Adriana de Magalhães Chaves e Ana Luiza Teixeira de Campos). Brasília: MMA, 2012.





Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80062/CARTILHA_PEAAF_W_I.pdf>.

LOPES, Odete. L. **Coletânea de atividades de educação ambiental**. Curitiba: UNILIVRE, 2002.

LOUREIRO, Carlos. F. **Trajetória e fundamentos de educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIA, Otávio B. (Colaboração: Freitas, Tino.) **Vocabulário ambiental infanto-juvenil**. Brasília: IBICT, 2013.

SALLES, Paulo. **Preparação do Governo de Brasília para a realização do 8º FMA**. Brasília: ADASA, 2016.

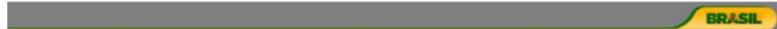
SANTOS, Glória L. S. A.; OTA, Sueli N. **Mobilização social em comunidades**. Curitiba: UNILIVRE, 2002.

UNESCO. **Educação ambiental** - As grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997.



29/05/2018

Detalhe - Reportagens



cadastro | dúvidas | fale conosco | links | mapa do site

Busca:

Email: Senha: [esqueci a senha](#)

- Sobre o Procel
- Publicações
- Informações Técnicas
- Simuladores
- Agentes
- Incentivos e Financiamentos
- Legislação
- Cursos
- Notícias e Reportagens
- Notícias
- Reportagens
- Glossário

Você está em: Procel Info » Notícias e Reportagens » Reportagens

Reportagens

4 voltar

Assunto: Panorama Nacional - 13.09.2013

13.09.13 | A3P: Programa do Governo Federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade

Brasil - Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) utiliza diretrizes da Eletrobras Procel para incentivar cultura de economia de energia elétrica nas atividades públicas

Ivana Varela, para o Procel Info



Brasil - Desde a década de 80 o conceito de sustentabilidade tem sido proposto e divulgado por diversas organizações, públicas e privadas, e encontram-se em sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais. Com base em três recomendações do governo que indicam o estabelecimento de programas voltados para a sustentabilidade de produção e consumo, o Governo Federal lançou em 2001 o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, de sigla A3P.

O A3P é então um programa do Governo Federal que incentiva ações sustentáveis no cotidiano das instituições públicas. O programa tem como princípios a inserção dos critérios, que vão desde economia de água e energia, compras e contratação de serviços até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados. Com isso o objetivo é estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental, levando economia e à eficiência dos gastos institucionais. O A3P foi estruturado por base na política de 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

A Analista Ambiental da A3P, Angelita Coelho, conta como o uso racional da energia elétrica tem sido um tema importante de trabalho do Programa. "Nós temos um conjunto de recomendações, medidas e indicadores que podem ser usados pelos órgãos e entidades da Administração Pública nos programas de redução de consumo".

A sustentabilidade da gestão pública exige um desafio de mudanças de atitudes e de práticas. Para acontecer, precisa de um esforço coletivo, e transformar a intenção em um compromisso. Com simples e pequenas ações diárias os administradores podem ser exemplos de mudanças nos órgãos governamentais, na adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos. A redução no consumo de energia elétrica e de bens de produto, o uso eficiente da água, a coleta seletiva, a qualidade de vida no ambiente de trabalho são exemplos de contribuições para a sustentabilidade. Cada um pode fazer a sua parte nas atividades cotidianas no trabalho, em casa, no escritório, na escola e em todos os lugares.

Segundo Angelita, uma das sugestões da A3P é adotar as diretrizes propostas pela Eletrobras Procel, tanto na economia e o uso racional da energia elétrica, quanto nas edificações públicas. Também é importante diagnosticar a situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para a redução de consumo. Fazer um levantamento e acompanhamento do consumo de energia, além de nunca esquecer de ações básicas como desligar luzes e monitores da hora do almoço, fechar as portas quando ligar o ar condicionado, não ligar todos os elevadores ao mesmo tempo.

"Uma das sugestões da A3P é adotar as diretrizes propostas pela Eletrobras Procel, tanto na economia e o uso racional da energia elétrica, quanto nas edificações públicas".

"Os dados de monitoramento de instituições parceiras enviados a A3P mostram que, apenas com a mudança de padrões de comportamento induzidas pela A3P, há economia média de 5% do consumo de energia elétrica. Esse valor pode ser ainda maior se forem realizadas reformas nos prédios institucionais, mas, por uma série de fatores, nem sempre isso é possível", diz Angelita.

Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Os parceiros interessados devem demonstrar o comprometimento da instituição através de uma gestão transparente. O primeiro passo é criar uma Comissão Gestora da A3P, entre 5 e 10 servidores da instituição, para facilitar a comunicação do Programa. Em seguida devem realizar um diagnóstico da instituição, onde será levantado os problemas de consumo excessivo. Depois, desenvolver planos de ação com metas para sensibilizar e capacitar os servidores e por fim realizar avaliações periódicas e monitoramento dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa.

O Programa também propõe que se aproveite ao máximo as condições naturais do ambiente de trabalho, como ventilação, luz solar e a aquisição exclusiva de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e luminárias eficientes. Sem esquecer que os equipamentos de climatização mecânica, que utilizem energia elétrica, devem funcionar apenas nos ambientes onde forem indispensáveis.

Outra sugestão de economia do A3P é no consumo de água, realizando levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo. Além de promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B801AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EFBF-499B-9A6E-E>





29/05/2018



Detalhe - Reportagens

Com o objetivo de destacar as melhores iniciativas dos órgãos do setor público que promovem a sustentabilidade, o Ministério do Meio Ambiente promove um concurso "Melhores Práticas de Sustentabilidade (Prêmio A3P)". Podem participar as entidades públicas que possuam termo de adesão vigente da A3P. As instituições devem apresentar resultados concretos qualitativos ou quantitativos de que executam as ações da categoria escolhida. As inscrições estão abertas desde junho e vão até 15 de setembro. É necessário preencher uma ficha de inscrição e um relatório da iniciativa no site da A3P. Receberão certificados e troféus os três primeiros colocados de cada categoria. A última edição do prêmio teve 74 projetos inscritos.

A coordenadora substituta da Agenda Ambiental na Administração Pública, Mônica Rocha, afirma que essas ações contribuem para a melhoria do ambiente organizacional e do meio ambiente. "O prêmio também serve de estímulo para que mais órgãos possam implementar iniciativas inovadoras na gestão socioambiental", completa ela.

[Envie a um amigo](#)

[Imprimir](#)

© 2006 - Todos os direitos reservados a Procel Info

<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EF8F-499B-9A6E-E>



meio ambiente | sustentabilidade

Em 2011, com o Slogan "ADOTE UM COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLÓGICAMENTE CORRETO. VAMOS PRESERVAR E CUIDAR DO BEM PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE," o Departamento de Educação (DEDC)/Campus XII/Guanambi da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) alinhou-se aos ditames do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Desde então, através de seus Técnicos, sob a coordenação de Gilmar Santos, o DEDC vem executando diversas ações de mudança de hábitos e desenvolvimento da consciência ecológica.

Na atualidade é fundamental pensar a educação vinculada à grande questão mundial - a preservação do meio ambiente. Assim, o Departamento de Educação forma multiplicadores tendo como linha mestra a transformação da nossa sociedade em algo mais saudável, sustentável e vivo. Cabe, portanto ao DEDC - XII/Guanambi,

alinhar a UNEB às principais diretrizes da A3P, servindo de divulgadora e multiplicadora da agenda conhecida como 5Rs:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Integrando desta forma a Universidade do Estado da Bahia a um grupo de Instituições Educacionais que incorporam no seu dia-dia



O cuidado com meio ambiente é uma prática adotada pelo Departamento de Educação (DEDC) do Campus XII, em Guanambi



o Manual de Educação para o Consumo Sustentável, afinal, "a reciclagem é uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos mais vantajosas, tanto do ponto de vista ambiental, como do social. Ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água e ainda diminui o volume de lixo e a poluição. Além disso, quando há um sistema de coleta seletiva, bem estruturado, a reciclagem pode ser uma atividade econômica rentável".

Desta forma o DEDC/XII, materializou os 5Rs para sua aplicabilidade no Campus, que vem seguindo os princípios norteadores:

Repensar; a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar; possibilidades de consumo desne-

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999, como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, na busca de revisar os padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental, nas instituições da administração pública.

Em 2001 foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela UNESCO, ganhando o prêmio "O melhor dos exemplos", na categoria Meio Ambiente.

A partir de 2007, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Nesse Novo Arranjo Institucional foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo, passando a ser uma das principais ações para a proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades.

cessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir; evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo

aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar; tudo o que estiver em bom estado, ser criativo, inovador evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo.

Reciclar; transformar materiais usados em matérias primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Pondo em prática estas ações no ambiente da UNEB, contribui-se para a imprescindível reflexão de considerar os impactos de suas ações rotineiras na busca de pensar e praticar, no âmbito das instituições acadêmicas, o modelo de preservação e sustentabilidade em todos os aspectos de seu funcionamento.



Gilmar Alves dos Santos é Licenciado em Pedagogia e em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XII/Guanambi. Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de

Sistemas pela UNITINS e especializado em Informática em Educação pela UFLA (MG). Analista Universitário na área de Coordenação de Informática da UNEB (Campus XII/Guanambi). "A ideia do projeto surgiu em conjunto com Etiane (Guimarães) quando passamos para a implantação de um projeto que demandasse ações de natureza socioambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável da Universidade do Estado da Bahia".



EcoCâmara

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80, o desafio das instituições nacionais e internacionais está na elaboração de sistemas :

- Político - que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- Econômico - capaz de gerar excedentes e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes;
- Social - que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não- equilibrado;
- De Produção - que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- Tecnológico - que busque constantemente novas soluções;
- Internacional - que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento, e
- Administrativo - flexível e capaz de se auto-corrigir.

O Relatório Brundtland

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a idéia de desenvolvimento sustentável.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. Um exemplo clássico de como é mister o consenso internacional é a questão do acidente nuclear na usina de Chernobyl, hoje cidade ucraniana e que, na época do evento, integrava a União Soviética.

É sabido que a antiga URSS era um país fechado, que não se sujeitava a mecanismos de controle da comunidade internacional, como por exemplo, os da AIEA — Agência Internacional de Energia Atômica. As conseqüências foram tão drásticas que geram impactos até os dias de hoje. No passado, milhares de vidas foram perdidas. E durante alguns anos muitas ainda se perderão.

É preciso frisar também a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Estratégias

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas devem ser tomadas pelos Estados Nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologia que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologia ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.



10/02/2017

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P — Portal da Câmara dos Deputados

No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

No que tange à esfera privada, a ONG Roy F. Weston recomenda que o conceito de desenvolvimento sustentável, assim que é assimilado pelas lideranças de uma empresa e passa a ser almejado como uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente.

Em seguida, é necessário que se crie, entre os membros da empresa, uma cultura que tenha os preceitos de desenvolvimento sustentável como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a este preceito (como empresas que atingiram metas de aplicação de um projeto de desenvolvimento sustentável a ONG cita a 3M, o McDonald's, a Dow, a DuPont, a Pepsi, a Coca-Cola e a Anheuser-Busch).

A ONG prega que não se deve implementar estratégias de desenvolvimento sustentável de uma só vez, "como uma revolução, mas como uma evolução", de forma gradual, passo a passo. É preciso ainda que haja uma integração entre indústria, comércio e comunidade, de forma que um programa de melhorias sócio-ambientais numa região se dê de forma conjunta e harmoniosa.

O poder público, tanto no âmbito municipal como nos âmbitos estadual e nacional, deve atuar de maneira a proporcionar adequadas condições para o cumprimento de um programa de tal proporção, desde a feitura de uma legislação apropriada ao desenvolvimento sustentável até a realização de obras de infra-estrutura, como a instalação de um sistema de água e esgoto que prime pelo não-desperdício e pelo tratamento dos dejetos.

Algumas outras medidas providenciais para a implantação de um programa o mínimo adequado de desenvolvimento sustentável são: uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais aproveitáveis; não-desperdício de água e de alimentos; menor uso de produtos químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia.

Realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige, enfim, um alto nível de conscientização e de participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Ainda mais, se levarmos em conta o fato de que um dos requisitos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres.

Apesar de passar por problemas políticos, relacionados ao desperdício e à destinação inadequada do lixo urbano, o Brasil é reconhecido como o país que mais recicla no mundo. Isso se deve principalmente às pequenas iniciativas isoladas que partem das comunidades e acabam ganhando grandes proporções.

O lixo urbano

O destino dado ao lixo urbano é uma preocupação crescente neste fim de século. Bilhões de reais são perdidos no Brasil pela não reciclagem de lixo. A adesão à coleta seletiva proporcionaria a obtenção de produtos recicláveis com menor grau de impurezas, o que elevaria seu valor de mercado.

O lixo é o conjunto de resíduos sólidos resultantes da atividade humana. Ele é constituído de substâncias putrescíveis, combustíveis e incombustíveis. O problema do lixo tem objetivo comum a outras medidas, mais uma de ordem psicológica: o efeito da limpeza da comunidade.

O lixo tem que ser bem acondicionado para facilitar sua remoção. Às vezes, a parte orgânica do lixo é triturada e jogada na rede de esgoto. Se isso facilita a remoção do lixo e sua possível coleta seletiva, também representa mais uma carga para o sistema de esgotos. Enquanto a parte inorgânica do lixo vai para a possível reciclagem, a orgânica pode ir para a alimentação dos porcos.



10/02/2017

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P — Portal da Câmara dos Deputados

O sistema de coleta tem que ter periodicidade regular, intervalos curtos, e a coleta noturna ainda é a melhor, apesar dos ruídos. O lixo não pode ser lançado em rios, mares ou a céu aberto. Deve sim ser destinado para um aterro sanitário (procedimento mais indicado) ou incinerado.

Não existem levantamentos que determinem com exatidão quanto se perde com o não reaproveitamento do lixo. Contudo é indiscutível a necessidade de se adotar um planejamento global dos resíduos mediante a criação de instrumentos legais para incentivar a reciclagem. As opções podem ser a cobrança de taxas do cidadão sobre o lixo não separado ou a obrigatoriedade de as empresas adotarem medidas de reutilização de materiais descartáveis.

Muitas fábricas de móveis já utilizam o papelão como matéria-prima para a base de seus produtos. A técnica é usada principalmente na Europa, onde é comum encontrar cadeira e poltronas feita de papelão.

A profissão de "reciclador" cresce no mesmo ritmo dos índices de desemprego no Brasil. É pelo vai e vem de bandejas repletas de copos de refrigerante e embalagens mirabolantes feitas para guardar um simples sanduíche que se reconhece a praça de alimentação de qualquer shopping center.

O lixo orgânico como cascas de frutas, folhas secas e restos de alimentos podem se transformar em adubo ao ser implantado um processo de compostagem ou de minhocultura, sendo transformado em húmus e ser utilizado como adubo, ao mesmo tempo em que se consegue acabar com uma grande parte de moscas, ratos entre outros que se alimentavam dos restos de comida espalhados,

O conceito de reciclagem não se resume somente à questão ambiental. Ao se trabalhar com reciclagem também se recicla a mão-de-obra excluída pelo mercado.

Padrões de consumo e a A3P

Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção, o MMA lançou, em 1999, o desafio às instituições governamentais consubstanciada na publicada "Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P", juntamente com vídeo educativo e motivador de novos comportamentos. Em 2004, foi criada a chamada Rede A3P para viabilizar a troca de conhecimentos entre as Administração Pública e assim tornar palpáveis alguns dos conceitos do desenvolvimento sustentável.

A Agenda Ambiental na Administração Pública — A3P é um projeto desenvolvido no Ministério do meio Ambiente desde 1999, e tem por objetivo estimular a adoção de critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, visando minimizar e ou eliminar os impactos de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos.

Busca-se adequar o comportamento do consumo do Governo aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor público e do produtivo.

A A3P é implementada por meio de uma Comissão Gestora no âmbito do MMA, e da Rede A3P, a qual dissemina informações sobre os objetivos e a metodologia de implementação da Agenda Ambiental. Desde abril de 2005, na Rede A3P, órgãos públicos de diferentes instâncias têm acesso a informações sobre o desempenho dos órgãos parceiros, fóruns de discussões, entre outros assuntos de interesse comum.

Em 2005, houve um aumento de mais de 200% de órgãos que aderiram à A3P, indicando uma nova tendência de adequação das instituições do poder público à política de prevenção dos impactos negativos ao meio ambiente.

O que fazer com o crescente volume de lixo que se acumula na Administração Pública? Como usar de forma adequada os recursos naturais — água e energia, dentro da instalação predial ocupada pela administração pública? Como ter certeza de que o governo adquire produtos de empresas que respeitam o meio ambiente? Como capacitar gestores públicos em relação às questões ambientais? Como a Administração Pública pode incorporar, nas suas atividades de rotina, os princípios do desenvolvimento sustentável? O preço da vida tem que estar embutido no cálculo de custo.

Cuidar do lixo é também cuidar da saúde, com esse olhar, a Fiocruz tendo como piloto a ENSP se encontra em processo de parceria com o Ministério do Meio Ambiente ao mesmo tempo em que lidera no município do Rio de Janeiro a Rede A3P.



10/02/2017

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P — Portal da Câmara dos Deputados

Os objetivos deste desafio são:

- Reduzir o consumo e o desperdício,
- Reutilizar os materiais, e
- Reciclar.

Estes são os princípios básicos para a eliminação ou minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente decorrentes das atividades humanas. Estes princípios começaram a ser difundidos no Brasil após a Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, em 1992

Em relação aos resíduos, na ENSP o material coletado vai para a estação de triagem, onde tudo é separado por tipo de material e em seguida comercializado. Papéis, metais, filmes e plásticos são vendidos para "atravessadores" por causa das exigências das indústrias com relação ao lote mínimo. Plásticos rígidos e vidro são vendidos diretamente às indústrias. Outra parte do material coletado pode ser vendida para sucateiros na forma de "mistão" em que é comprado o conteúdo total do caminhão sem separação prévia.

No Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, que também faz parte da ENSP, começamos a realizar pequenas mudanças de comportamento, que reduzem, consideravelmente, o lixo produzido por este Departamento. Podemos citar o reaproveitamento do verso de papéis impressos sem importância; desligar o monitor dos computadores na hora do almoço, diminuindo o consumo de energia do setor e; restringir a um único ramal as ligações para celular, outros estados e países

O próximo passo da FIOCRUZ será a implantação da Coleta Seletiva no Campus. Para que esse passo seja realizado, precisamos promover campanhas de Educação Ambiental nos outros prédios e Departamentos do Campus.

Autores:

- Débora Kligerman
- Maria Albertina Pires
- Alcenira Ferreira Gomes
- Nilda Cristina da S. Inocêncio
- Cleide dos Santos Mello
- Patricia Grazinolli (Ministério do Meio Ambiente)
- Jacimara Guerra Machado (Núcleo de Gestão Ambiental EcoCâmara)
- Luiz Felipe (Tribunal Regional Federal)

